

# Tirar a Máscara

O tempo vai aos poucos se encarregando de derrubar as máscaras que a retórica populista colocou em torno da dívida externa, e uma delas, seguramente a mais batida, é a de que o problema brasileiro é um problema do mundo. Não é.

Isso não significa negar que as relações entre credores e devedores se deterioraram ao longo do tempo, com a fatura repassada a estes crescendo desproporcionalmente à sua capacidade de pagar. Na base da discussão da dívida externa dos países em desenvolvimento é preciso considerar a dura e surpreendente realidade de uma transferência líquida de cerca de 100 bilhões de dólares pela América do Sul para os países credores, de 1982 para cá.

Os juros subiram a níveis de dois dígitos não por culpa da dívida dos países em desenvolvimento, mas de situações internas e da inflação nos países credores. Está mais que claro que países altamente endividados, como o Brasil, transformados em riscos crescentes de inadimplência — afinal confirmados com a moratória — pagaram um preço exageradamente alto aos bancos.

Há, porém, uma diferença profunda entre reconhecer os problemas entre devedores e credores, e usar o pano de fundo ou a máscara da dívida para alimentar plataformas populistas ao gosto das alas radicais do PMDB, que inscreveu a tese da moratória em seu ideário. Transformado, pela insolvência, em problema do mundo, o mundo teria que resolver o problema brasileiro.

Essa visão provinciana da realidade internacional nasce de muitos fatores. Ela decorre do desconhecimento de como funciona a máquina financeira internacional, dos procedimentos que os bancos vinham seguindo há muitos meses para reduzirem sua **exposure**, e da trivial realidade do mercado de capitais: o dinheiro só não foge do risco quando lhe pagam preços exorbitantes.

O que está acontecendo com o Brasil, afinal de contas, depois da moratória? Os bancos pequenos, que mobilizam mais de dois bilhões de dólares, estão se retraindo. Os bancos grandes já se preparam para enfrentar os acionistas com prejuízos declarados pela inadimplência brasileira. Os japoneses chegaram a constituir uma empresa, no papel, para jogar créditos de liquidação difícil ou duvidosa, repassáveis com desconto.

Nesse cenário, o mundo resolve sua situação, sem os traumas que se imaginaram aqui e sobre os quais uma visão provinciana das relações financeiras externas montou boa parte de sua estratégia. Quem não resolve os problemas maiores é o Brasil.

O Cruzado, com a febre de consumo que provocou, descapitalizou o país roendo suas reservas externas e parcela considerável da poupança interna disponível. O grande problema nacional — o investimento em infra-estrutura, em novas indústrias e em serviços essenciais — fica pendurado na baixa capacidade de geração de poupança doméstica e nos obstáculos criados pela moratória à captação da poupança externa.

Ilhados em seus preconceitos e pobre visão do mundo, os teóricos da moratória ignoram as tendências atuais do sistema financeiro, bafejado por uma enorme liquidez. Estima-se que o mercado de eurodivisas cresceu de 100 para 200

bilhões de dólares entre 1970 e 1981, aproximando-se hoje dos 300 bilhões de dólares. O mercado de Eurobonds também é estimado hoje em mais de 300 bilhões de dólares, contra US\$ 100 bilhões em 1983.

Esse cenário vem favorecendo as economias mais organizadas de nações emergentes como a Austrália e a Coréia, ou a Nova Zelândia, para não falar nos sucessos isolados de Hong-Kong e Cingapura. É pelo menos uma lástima que o dólar neozelandês e a libra australiana atraiam capitais em proporções com as quais o cruzado brasileiro nem poderia sonhar agora.

O que estamos vivendo é uma subvalorização do Brasil, tanto em termos técnicos quanto como território, como Nação, como Estado, por culpa de uma estratégia que serviu de biombo para o populismo e que alimenta um nacionalismo estreito e de visão de curto prazo.

É preciso deixar claro onde essa máscara sobre a realidade conduzirá este país. Deixamos de gerar altos superávits na balança comercial, alegando que isso impunha um ônus excessivo ao país, esquecidos dos exemplos de continuada prosperidade de países como o Japão e a Alemanha, cujos superávits no comércio exterior e cujas taxas de crescimento do Produto são as maiores do mundo. Deixaremos, pelo mesmo caminho, de atrair a poupança externa beneficiando os investimentos de longo prazo, entrando também numa contradição gritante com a tese do “dinheiro novo” que se alimentou nas fornalhas ideológicas do PMDB.

Desfazer toda a incoerência em que mergulhamos irá requerer do Presidente um imediato exercício de realismo diante dos brasileiros e diante do mundo. Ao praticarmos a doutrina simplista do “Deus é brasileiro”, podemos estar escolhendo uma alternativa de confronto com outros países que com muito mais experiência que nós já inscreveram em seu papel-moeda sua “Confiança em Deus”. Na prática, estamos com a moratória afugentando o capital de risco, que dificilmente irá trocar a Europa, os Estados Unidos, a Austrália ou outros dos chamados novos industrializados por uma região onde o capital de empréstimo aumentou sua taxa de incertezas.

Tirar a máscara que a estratégia do PMDB colocou na questão da dívida externa é mais que urgente para os interesses nacionais a curto e longo prazos. O Brasil está embarcando na recessão com essa política. O Presidente poderá manter os interesses do país em um nível alto, dialogando com os bancos, se encontrar um caminho para sair do endividamento financeiro, partindo para os investimentos de longo prazo, garantindo simultaneamente os interesses dos credores e do país em obter capital fixo.

O aval do Fundo Monetário pode ser buscado em um contexto de uma nova estratégia de convivência internacional, capaz de combinar o desenvolvimento com o controle da inflação. O Presidente e toda a Nação precisam, porém, tirar de vez as máscaras que escondem as resistências a uma estratégia desse tipo. A terra arrasada pode servir muito mais aos pseudo-interesses nacionalistas, que cristalizaram o poder político nas mãos dos parlamentares majoritários em nossa Constituinte, que o retorno do país ao desenvolvimento a curto prazo, em paz com um mundo que cada vez mais nos dá as costas.